

A. I. N° - 206958.0017/10-7
AUTUADO - ITÃO SUPERMERCADOS, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES S/A.
AUTUANTE - LUCAS XAVIER PESSOA
ORIGEM - INFRAZ ITABUNA
INTERNET - 13/03/2014

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0022-05/14

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA: **a)** SAÍDAS SUBSEQUENTES COM ISENÇÃO , REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO (infrações 1 e 2). Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante; **b)** REFERENTE À MATERIAL DE USO E CONSUMO Infração procedente, reconhecida pelo impugnante; **c)** REFERENTE A MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA Infração procedente, reconhecida pelo impugnante; **d)** SAÍDAS POSTERIORES COM NÃO INCIDÊNCIA. Acolhida a arguição de proporcionalidade. Refeitos os cálculos. Reduzido o valor exigido. Infração Parcialmente procedente (infração 3); **e)** POR FALTA DE ESTORNO EM RAZÃO DE SAÍDAS COM NÃO INCIDÊNCIA. SAÍDAS POSTERIORES COM NÃO INCIDÊNCIA. Acolhida a arguição de proporcionalidade. Refeitos os cálculos. Reduzido o valor exigido. Infração Parcialmente procedente. (infração 15). 2. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS, PRATICADAS SEM TRIBUTAÇÃO (Infrações 4 e 16). Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante 3. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE SAÍDAS SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. MAIOR VALOR MONETÁRIO DAS ENTRADAS (INFRAÇÕES 5 E 17). Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante. **b)** ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS SAÍDAS SEM TRIBUTAÇÃO. **b1)** IMPOSTO DEVIDO POR SOLIDARIEDADE (INFRAÇÕES 6 E 18) Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante; **b2)** IMPOSTO DEVIDO NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO (INFRAÇÕES 7 E 19). Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante. 4. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO (INFRAÇÕES 8 E 20). Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante. 5. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. **a)** PAGAMENTO INTEMPESTIVO MULTA. Infração procedente, reconhecida pelo impugnante. Infração reconhecida. Procedente; **b)** FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO EM RAZÃO DE AJUSTES DO ESTOQUE POR NOVAS MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

(INFRAÇÕES (INFRAÇÃO 10, 11 E 21). Infrações procedentes, reconhecidas pelo impugnante. 6. ARQUIVO MAGNÉTICO. DADOS DIVERGENTES. MULTA. Infração procedente, reconhecida pelo impugnante. 7. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS SEM O DEVIDO REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. MULTA. Infração procedente, reconhecida pelo impugnante. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 24/08/2013, reclama ICMS e multa percentual por descumprimento de obrigação acessória no total de R\$65.857,60, imputando ao autuado as seguintes infrações:

INFRAÇÃO 1 - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de mercadorias beneficiadas com isenção do imposto. Valor Histórico: R\$53,11 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "a";

INFRAÇÃO 2 - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de mercadorias com saídas subsequentes beneficiadas com isenção ou redução do imposto. Valor Histórico: R\$12.763,97 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "a";

INFRAÇÃO 3 - Deixou de efetuar estorno de crédito fiscal de ICMS relativo a mercadorias entradas no estabelecimento com utilização de crédito fiscal e que, posteriormente, foram objeto de saídas com não incidência do imposto. Valor Histórico: R\$6.728,29 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "b";

INFRAÇÃO 4 - Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Valor Histórico: R\$1.276,15 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "a";

INFRAÇÃO 5 - Falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária- a das operações de entrada- com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagam. dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício. Valor Histórico: R\$30.724,45 - Multa de 70% - Aplicação no Art. 42, III;

INFRAÇÃO 6 - Falta de recolhimento do imposto, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado. Valor Histórico: R\$7.296,67 - Multa de 70% - Aplicação no Art. 42, III;

INFRAÇÃO 7 - Falta de recolhimento do imposto, por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, apurado em função do valor acrescido, de acordo com percentuais de margem de valor adicionado, deduzida parcela do tributo calculado a título de crédito fiscal, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhada de documento fiscal, decorrente da omissão do registro de entrada de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque, em exercício fechado. Valor Histórico: R\$2.396,09 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 8 - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades

da Federação e/ou do exterior relacionadas nos anexos 88 e 89. Esta infração refere-se à retirada interna de produtos originalmente adquiridos para comercialização, em operações internas e/ou interestaduais, e remetidas para industrialização setorial - padaria, lanchonete, etc - para produção de outros produtos, cujas saídas ocorreram sem débito do imposto. Valor Histórico: R\$187,88 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 9 - Multa percentual sobre o imposto (ICMS) que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente. Valor Histórico: R\$327,07 - Multa percentual de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 10 - Deixou de recolher por antecipação tributária o ICMS relativo ao ajuste de estoque de produto que passou a ser incluído no regime de substituição tributária. Valor Histórico: R\$1.601,61 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 11 - Deixou de recolher por antecipação tributária o ICMS relativo ao ajuste de estoque de produto que passou a ser incluído no regime de substituição tributária. Valor Histórico: R\$2.669,52 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 12 - Forneceu informações através de arquivo(s) magnético(s) exigido(s) na legislação tributária, requerido(s) mediante intimação, com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes, ficando o valor da multa limitado a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no estabelecimento em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das operações ou prestações divergentes. Valor Histórico: R\$4.939,46 - Multa de 5% - Aplicação no Art. 42, III-A, "i", alterada pela Lei nº 10.847/07;

INFRAÇÃO 13 - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento. Valor Histórico: R\$14.258,59 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "a";

INFRAÇÃO 14 - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria (s) adquirida(s) com pagamento de imposto por antecipação tributária. Valor Histórico: R\$7.144,88 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "a";

INFRAÇÃO 15 - Deixou de efetuar estorno de crédito fiscal de ICMS relativo a mercadorias entradas no estabelecimento com utilização de crédito fiscal e que, posteriormente, foram objeto de saídas com não incidência do imposto. Valor Histórico: R\$6.197,14 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "b";

INFRAÇÃO 16 - Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Valor Histórico: R\$724,55 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "a";

INFRAÇÃO 17 - Falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária- a das operações de entrada- com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagam. dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício. Valor Histórico: R\$18.077,30 - Multa de 100% - Aplicação no Art. 42, III;

INFRAÇÃO 18 - Falta de recolhimento do imposto, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado. Valor Histórico: R\$10.332,16 - Multa de 100% - Aplicação no Art. 42, III;

INFRAÇÃO 19 - Falta de recolhimento do imposto, por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, apurado em função do valor acrescido, de acordo com percentuais de margem de valor adicionado, deduzida parcela do tributo calculado a título de crédito fiscal, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhada de documento fiscal, decorrente da omissão do registro de entrada de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque, em exercício fechado. Valor Histórico: R\$3.367,13 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 20 - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior relacionadas nos anexos 88 e 89. Valor Histórico: R\$3.104,39 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 21 - Deixou de recolher por antecipação tributária o ICMS relativo ao ajuste de estoque de produto que passou a ser incluído no regime de substituição tributária. Vide Art. 1º do Decreto nº 12.158/10; Art. 289, Incs. I a IV, do Decreto nº 13.780 - RICMS-BA. Valor Histórico: R\$612,80 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, II, "d";

INFRAÇÃO 22 - Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) sujeita(s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Valor Histórico: R\$773,00 - Multa de 10% - Aplicação no Art. 42, IX;

O autuado, às fls. 144 a 147 dos autos, apresenta defesa afirmando que, em primeiro plano: “*A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto a capitulação legal do fato e a natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos*”; utilizando-se, nesta simbiose, da redação literal do Art. 112, inciso I e II, do CTN.

Considera que as operações de saídas realizadas pela *impugnante* estão inclusas as vendas de mercadorias adquiridas no regime de substituição tributária – portanto operações alcançadas pelo ICMS – razão assiste ao intérprete e/ou aplicador da lei quando entende que a expressão utilizada pelo legislador ordinário do RICM-BA (“*operações ou prestações subsequentes sejam tributadas pelo imposto*”) só pode ser entendida no contexto de que estas operações não sejam amparadas pela isenção, pela imunidade ou pela redução da alíquota a zero.

Entende que a operação aritmética para realização da proporção determinada pelo inciso II do § 1º do Art. 93 do RICMS-BA., no caso da *impugnante*, deve ser configurada tomando como operações de saídas não tributadas pelo ICMS apenas os valores inerentes aos COFs. 5.102, 5.152 e 6.102 dos anexos II e II-A, coluna “Isentas/Não Tributadas”, porquanto os valores dos COFs. 5.405 e 6.404 se referem a operações tributadas pelo regime de substituição.

Argumenta que, conforme demonstração nos relatórios a esta ato colacionado (v. Anexos 2 e 3), o crédito tributário efetivamente devido e legítimo neste particular monta em R\$ 2.774,06 no âmbito da Infração 3 e em R\$ 2.470,10 relativos à Infração 15. É só ver às fls. 10 de cada um dos anexos por Eli estão sintetizados sob a observação de “Estorno a Realizar”.

Pede a desconstituição do crédito tributário na exata medida da improcedência do seu pressuposto fático, denunciada e demonstrada nesta impugnação.

O autuante, às fls. 172 e 173 apresenta a informação fiscal, afirmando que a autuada imputou apenas as infrações 3 e 15, indicando 01.05.02 como sendo o código de ambas e sugeriu que ambas seriam procedentes parcialmente no mérito, propondo os valores devidos como R\$ 2.774,06 para a Infração 3 e R\$ 2.470,10 para a Infração 15.

Alinha que, conforme seu entendimento, o estorno de crédito relativo a embalagens utilizadas em mercadorias não tributadas, como sugere a infração, não poderia incidir sobre as vendas de produtos enquadrados na substituição tributária, porque efetivamente, declara, “*são tributadas por aquele regime*”.

Entende que, embora as infrações indicadas tenham sido as de nº de ordem 3 e 15, do contexto das provas acostadas e do tema combatido, acatamos que as infrações realmente contestadas são as de ordem 3 e 16, ambas sim sob código 01.05.02, pertinentes respectivamente aos exercícios de 2009 e 2010.

Argumenta que, vencido este passo, examinemos o teor do inc. II do § 1º do Art. 93, do velho RICMS baiano, cuja redação final veio à luz pela vigência do Decreto nº 7244, de 03/03/98, publicado no DOE de 04/03/98, que cita, *ipsis litteris*:

§ 1º Salvo disposição em contrário, a utilização do crédito fiscal relativo às aquisições de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, inclusive o relativo aos serviços tomados, condiciona-se a que:

II - as operações ou prestações subseqüentes sejam tributadas pelo imposto, sendo que, se algumas destas operações ou prestações forem tributadas e outras forem isentas ou não tributadas, o crédito fiscal será utilizado proporcionalmente às operações de saídas e às prestações tributadas pelo imposto, ressalvados os casos em que seja assegurada pela legislação a manutenção do crédito.

Consigna que o texto legal alude a “operações ou prestações” e não a “produtos tributados ou não tributados”. Argui que a fase de tributação dos produtos enquadrados na Substituição Tributária encerrou-se justamente por ocasião da sua compra pela Autuada, as operações subseqüentes realmente ocorreram como “não mais tributadas”.

Argumenta que, embora acredite que a melhor justiça tributária protege o pensamento defendido pela Autuada, o texto legal traz-nos dúvidas neste particular, cabendo-me tão-somente a exposição dessa razoável dúvida para que os Nobres Julgadores a levem à solução do entendimento.

Entende que se, porém, prevalecer o entendimento da empresa, ainda assim os valores apresentados na DEFESA não estariam de todo corretos, posto que deve ter havido algum equívoco na consideração dos valores totais das saídas existentes no Livro de Apuração do ICMS. Enquanto na totalização dos CFOPs 2009 – fl. 158 encontramos R\$ 10.955.708,75 de Saídas, valor que também consideramos certo, cfe 26 do PAF, o cálculo do quadro resumo logo abaixo, na mesma página utiliza R\$ 11.216.231,13, que consideramos equivocado. Assim o valor do estorno em 2009 seria R\$ 2.567,47, como no quadro abaixo.

Alude que os valores e cálculos relativos a 2010 estão certos, se prevalecer o entendimento da empresa. Se, ao contrário, se mantiver o entendimento da acusação, de que **a venda a consumidor de produtos cuja fase de tributação encerrou antes é uma “operação não tributada”**, os valores originalmente exigidos no Auto de Infração permanecerão intactos, cabendo à Autuada seu recolhimento.

DADOS DO LAICMS 2009		
SAÍDAS TOTAIS 2009	100,00%	10.955.708,75
SAÍDAS TRIBUTADAS + ST	77,60%	8.501.648,02
SAÍDAS S/ INCIDÊNCIA DO ICMS	22,40%	2.454.060,73
CÁLCULO DO ESTORNO DE CRÉDITO		
VR TOTAL DOS CRÉDITOS	100%	11.462,00
CRÉDITO LEGAL PROPORCIONAL	77,60%	8.894,53
ESTORNO A REALIZAR	22,40%	2.567,47

DADOS DO LAICMS 2010		
SAÍDAS TOTAIS 2010	100,00%	10.620.013,43
SAÍDAS TRIBUTADAS + ST	73,54%	7.810.430,97
SAÍDAS ISENTAS /OUTS	26,46%	7.048.563,14
CÁLCULO DO ESTORNO DE CRÉDITO		
VR TOTAL DOS CRÉDITOS	100%	9.337,18
CRÉDITO LEGAL PROPORCIONAL	73,54%	6.866,98
ESTORNO A REALIZAR	26,46%	2.470,20

Pede pela procedência total do Auto de Infração, considerando a exposição de motivos acima,

pela qual entendemos que o texto legal do RICMS/BA aludido nos defende.

Nas fls. 175/179, constam extratos de pagamento referente ao reconhecimento parcial do débito no valor de R\$122.439,46.

VOTO

O presente lançamento de ofício versa sobre 20 infrações à legislação tributária do ICMS, já devidamente relatadas.

Verifico, preliminarmente, que o autuado reconhece parcialmente as infrações 3 e 15 e integralmente as demais infrações. Assim, considerando que as infrações 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 20 foram reconhecidas pelo impugnante e atenderam ao devido processo legal, considero mantidas as aludidas exigências tributárias.

As infrações 3 e 15 constam como código número 01.05.02, portanto, alvo da impugnação, se referindo à mesma matéria que é falta de estorno de crédito, conforme segue:

INFRAÇÃO 3 - Deixou de efetuar estorno de crédito fiscal de ICMS relativo a mercadorias entradas no estabelecimento com utilização de crédito fiscal e que, posteriormente, foram objeto de saídas com não incidência do imposto. Valor Histórico: R\$6.728,29 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "b";

INFRAÇÃO 15 - Deixou de efetuar estorno de crédito fiscal de ICMS relativo a mercadorias entradas no estabelecimento com utilização de crédito fiscal e que, posteriormente, foram objeto de saídas com não incidência do imposto. Valor Histórico: R\$6.197,14 - Multa de 60% - Aplicação no Art. 42, VII, "b";

A norma de regência relativa à matéria, constante no RICMS/97, não alberga dúvidas quanto à forma de estorno do crédito quando da aquisição de embalagens, objeto de saídas posteriores em que algumas destas operações ou prestações são tributadas e outras isentas ou não tributadas, devendo obedecer à proporcionalidade prevista no art. 93, §1º, II, *in verbis*:

Art. 93. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subseqüentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:

§ 1º Salvo disposição em contrário, a utilização do crédito fiscal relativo às aquisições de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, inclusive o relativo aos serviços tomados, condiciona-se a que:

*...
II - as operações ou prestações subseqüentes sejam tributadas pelo imposto, sendo que, se algumas destas operações ou prestações forem tributadas e outras forem isentas ou não tributadas, o crédito fiscal será utilizado proporcionalmente às operações de saídas e às prestações tributadas pelo imposto, ressalvados os casos em que seja assegurada pela legislação a manutenção do crédito.*

Considero não haver dúvidas quando o texto que alude a “operações ou prestações”, na medida em que ao se referir a “operações” está tratando de mercadorias e prestações são aquelas relativas aos serviços que sofrem incidência do ICMS. Assim, as operações realizadas pelo impugnante estão previstas no aludido ato normativo.

A proporcionalidade prevista no acenado dispositivo é cabível. Assim, conforme ajustes efetuados pelo autuante, cabe o imposto a ser reclamado na infração 3, no valor de R\$ 2.567,47 e na Infração 15, R\$ 2.470,20, ambas sob o código 01.05.02.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme o demonstrativo abaixo:

INF	RESULTADO	VLR. HISTÓRICO	VLR. JULGADO	MULTA
01	RECONHECIDA	53,11	53,11	60%
02	RECONHECIDA	12.763,97	12.763,97	60%
03	PROCEDENTE EM PARTE	6.728,29	2.567,47	60%
04	RECONHECIDA	1.276,15	1.276,15	60%
05	RECONHECIDA	30.724,45	30.724,45	70%
06	RECONHECIDA	7.296,67	7.296,67	70%

07	RECONHECIDA	2.396,09	2.396,09	60%
08	RECONHECIDA	187,88	187,88	60%
09	RECONHECIDA	327,07	327,07	-----
10	RECONHECIDA	1.601,61	1.601,61	60%
11	RECONHECIDA	2.669,52	2.669,52	60%
12	RECONHECIDA	4.939,46	4.939,46	-----
13	RECONHECIDA	14.258,59	14.258,59	60%
14	RECONHECIDA	7.144,88	7.144,88	60%
15	PROCEDENTE EM PARTE	6.197,14	2.470,20	60%
16	RECONHECIDA	724,55	724,55	60%
17	RECONHECIDA	18.077,30	18.077,30	100%
18	RECONHECIDA	10.332,16	10.332,16	100%
19	RECONHECIDA	3.367,13	3.367,13	60%
20	RECONHECIDA	3.104,39	3.104,39	60%
21	RECONHECIDA	612,80	612,80	60%
22	RECONHECIDA	773,00	773,00	-----
TOTAL		135.556,21	127.668,45	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206958.0017/10-7**, lavrado contra **ITÃO SUPERMERCADOS, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES S/A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$121.628,92**, acrescido das multas de 60% sobre R\$55.198,34, 70% sobre R\$38.021,12 e 100% sobre R\$28.409,46, previstas no art. 42, incisos II, alíneas "a" e "d", VII, "a" e "b" e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$5.712,46** e percentual no valor de **R\$327,07**, previstas nos incisos II, "d", XIII-A, "i" e IX, do mesmo diploma legal, alterada pela Lei nº 10.847/07, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores efetivamente pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de fevereiro de 2014.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE/RELATOR

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - JULGADOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO - JULGADOR